

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de abril de 2024 - Ata n.º 31.

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.^{as} Deputadas **Cloara Pinheiro** (na função de 1.^a Secretária) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **31.^a Sessão Ordinária da 2.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito à Deputada Maria Victoria que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.^A 2.^a SECRETÁRIA (Deputada Maria Victoria – PP): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 30.^a Sessão Ordinária, de 16 de abril de 2024.) Era o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Cloara se há Expediente a ser lido.

SR.^A 1.^a SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 230/2024** comunicando que, por motivos logísticos, o afastamento do Governador

Carlos Massa Ratinho Junior do País, informado pelo Ofício 175/2024, precisou ser postergado até dia 19 de abril; **Ofício n.º 782/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da secretaria de Estado da Segurança Pública, a requerimento da Deputada Flávia Francischini; **Ofício n.º 795/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, a requerimento do Deputado do Carmo; **Ofício n.º 227/2024** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 625/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.926. É o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, por proposição da Deputada Márcia Huçulak, o Grande Expediente de hoje está destinado para ouvirmos o Dr. Paulo Henrique Fraxino, Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia, que falará sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce da doença renal crônica: “Saúde dos Rins para Todos.” Anunciamos e agradecemos a presença do Dr. René Scalet dos Santos Neto, Vice-Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia; do Dr. Ricardo Akel, Presidente da Associação Brasileiro de Centros de Diálise e Transplante - Regional Paraná; e dos representantes da sociedade nefrologia, Dr. Hélio Cassi, Dr.^a Hi Ann, Dr. Patrick Schreiber, Dr. Jorge Ramos, Dr. Edson Teixeira e Dr. Carlos Augusto. Neste momento, tenho a honra de conceder a palavra à Deputada Márcia Huçulak, para que faça a saudação aos seus convidados e visitantes.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente, nossas Deputadas, 1.^a Secretária Deputada Cloara, 2.^a Secretária Maria Victoria, todos os Deputados e todos aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia* e redes sociais. A doença renal crônica é um problema de saúde pública e entendida como um grave problema que afeta a nossa Nação, e não é diferente no Estado do Paraná. E achei importante, Sr. Presidente, trazer esta pauta para conhecimento desta Casa, para registro nos nossos autos da Casa, e para também debater com a sociedade paranaense tão relevante problema de saúde pública. Nós temos, já mencionados pelo senhor, os representantes aqui da Sociedade Paranaense de Nefrologia: o Dr. Paulo Fraxino, nosso Presidente, que fará uma explanação; o Dr.

René Santos Neto, que é o Vice-Presidente; e muito nos honra todos os representantes, como o Dr. Ricardo Akel, que foi diretor do nosso grande Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, e representa, aqui, a Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Centros Transplantadores; a Dr.^a Hi Ann, que foi servidora da Secretaria de Estado da Saúde, bem-vinda, e que também atua nessa área; o Dr. Patrick, o Jorge, o Edson e o Dr. Carlos Augusto. Para mim é uma honra, enquanto profissional de saúde, poder debater tema de tamanha relevância para a sociedade. Já encerro minha fala agradecendo a presença e homenagem, na pessoa de vocês, todos os nossos serviços que atuam no cuidado das pessoas que têm doença renal crônica, e estimamos um quantitativo expressivo de mais de 10% da população – se não me engano, o Dr. Ricardo e o Dr. Fraxino devem tratar desses números. No Estado do Paraná estamos falando de milhões de pessoas que precisam do cuidado diário dos serviços que vocês atuam. Muito obrigado pela presença e parabéns pelo trabalho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Concedo a palavra ao Dr. Paulo Henrique Fraxino, que é Presidente da Sociedade Paranaense de Nefrologia.

DR. PAULO HENRIQUE FRAXINO: Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano, ao cumprimentá-lo cumprimento toda Mesa Executiva, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, meus colegas nefrologistas, senhoras e senhores. Início agradecendo a esta Casa a oportunidade de ocupar novamente esta tribuna, com um agradecimento especial à Deputada Márcia Huçulak que traz em pauta, mais uma vez, o problema da doença renal crônica no nosso País e no nosso Estado. Julgo a situação em que vivemos de extrema gravidade e de extrema importância no que diz respeito à situação de saúde pública. Entendo, hoje, ser a doença renal crônica uma odisseia que se inicia antes mesmo do diagnóstico e se estende para muito além do tratamento. A instituição que ora represento é uma Regional da Sociedade Brasileira de Nefrologia, foi fundada em 1984, em Londrina, pelo Professor Dr. Jacob Mocelin. Hoje ela conta com 992 médicos nefrologistas e que estão à frente de vários serviços. Gostaria de enfatizar aos senhores uma das atuações mais importantes

de nefrologia, que são dentro dos Centros de Diálises. O Paraná, como os senhores sabem, tem 399 municípios, 30 deles têm o serviço de diálise, ou seja, menos de 10% dos municípios paranaenses têm um serviço para tratamento da doença renal crônica. São 50 serviços no Estado. Destes, 45 são credenciados pelo SUS. Nós atendemos quase 9 mil pacientes em diálise e, destes, 82% são tratados pelo Sistema Único de Saúde. Os colegas nefrologistas também ocupam lugares nos centros transplantadores em um número de 14 que temos no Estado, seis instituições de residência médica e mais três centros de pesquisa. Gostaria, neste momento, de estar trazendo para os senhores notícias alvissareiras e otimistas, mas, infelizmente, o que tenho a mostrar são números bastante impactantes. Desde 2006, portanto há 18 anos, a Sociedade Internacional de Nefrologia já vinha alertando para o crescimento contínuo de pacientes portadores de doença renal e, mais do que isso, para o pequeno diagnóstico de doentes em situação de alteração da função renal e que não saibam dessa situação. Desde 2006 instituiu-se o *Dia Mundial do Rim* como sendo a segunda quinta-feira do mês de março. É uma campanha contínua de conscientização popular que vem sendo feita desde então. O Brasil tem essa campanha capitaneada pela Sociedade Brasileira de Nefrologia. Temos orgulho de sermos o País no mundo com o maior número de ações dentro desse evento do *Dia Mundial do Rim*. A campanha deste ano fala da saúde dos rins para todos, porque todos têm o direito do diagnóstico e o acesso ao tratamento. Para que os senhores tenham uma ideia da importância dessa situação, 850 milhões de pessoas no mundo têm alguma disfunção renal e muitas delas não sabem que têm, 10% da população mundial. Isso também pode ser inferido para o Brasil e para o Paraná. Portanto, cerca de 20 milhões de brasileiros têm alguma disfunção do rim e não sabem, 1,2 milhões de paranaenses também sofrem de alguma disfunção renal sem o diagnóstico. Por que isso acontece? Porque a doença renal é uma doença silenciosa, cujos sintomas acontecem tardiamente. O diagnóstico precoce deve ser procurado e investigado com bastante atenção, porque só com ele conseguimos evitar a evolução da doença, retardar a evolução da doença ou controlar a sua progressão. O que chama atenção é que as patologias que mais levam as

peessoas a perderem a função do rim e necessitarem de diálise são a hipertensão e o diabetes. Aqui mostro para os senhores um gráfico que foi publicado recentemente pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, no censo de 2023, mostrando que, em 2023, 31% dos pacientes que entraram em diálise eram portadores de diabetes, 37% portadores de hipertensão arterial. Então, vemos que duas doenças passíveis de tratamento e acompanhamento ainda são as principais causas da entrada de pacientes em diálise. Outro dado alarmante é que, desde 2019, a doença renal crônica é a sétima causa de morte no mundo, como consequência de suas complicações. Se nada fizermos no futuro, sabe-se que ou estima-se que, até 2030, esse número vai se agravar e vamos ocupar a quinta posição em mortes no mundo em decorrência da doença renal crônica. O Brasil é um país continental com 240 milhões de habitantes, destes 170 milhões são usuários do Sistema Único de Saúde. A expectativa de vida do brasileiro vem aumentando, hoje em torno de 75 anos, e quando olhamos com atenção para a pirâmide etária vamos vendo um achatamento, uma redução da base da pirâmide, o aumento da sua porção mais apical, mostrando o envelhecimento da população. Em 2020, tínhamos cerca de 13% da população brasileira de idosos. Em 2030, estima-se que esse número chegue a 27% e, em 2050, a 35% da população brasileira idosa. Por que falo isso? Porque com o envelhecimento da população, certamente, teremos uma maior incidência das doenças crônicas não transmissíveis, entres elas, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, neoplasias e, conseqüentemente, a doença renal. Aqui mostro para os senhores um comparativo de números entre o Brasil, o Paraná e a nossa Capital Curitiba. Mais uma vez, enfatizo que o Paraná tem 50 clínicas de diálise, 45 delas atendem ao SUS, 30 municípios apenas no Estado têm um serviço de tratamento renal substitutivo. São quase 9 mil pacientes sendo tratados, e com a fonte pagadora 82% dela sendo através do Sistema Único de Saúde. O que nos chama bastante atenção é que mesmo com todo esse empenho, com toda essa dedicação que a comunidade nefrológica tem nos últimos 18 anos, a partir do *Dia Mundial do Rim*, que falei há pouco, em campanhas de esclarecimento à população, o número de pacientes com doença renal é crescente. Essa é uma curva de crescimento,

também apresentada pelo Censo da Sociedade Brasileira de Nefrologia, mostrando, desde 2001 até 2023, um crescimento de 10% no número de pacientes que necessitam de diálise, e outros tantos que nem conseguimos estimar que têm alguma disfunção renal sem diagnóstico. Esses números, provavelmente, seriam muito maiores se o diagnóstico fosse feito de forma mais expressiva. Finalmente, entendemos que se não mudarmos a nossa visão sobre a linha de atendimento do paciente renal crônico, uma atenção maior ao diagnóstico precoce, ao tratamento precoce das doenças renais, vamos cada vez mais trazer um custo aumentado para a saúde pública. Para que os senhores tenham uma ideia, cerca de 3% de todo orçamento gasto com a saúde em países desenvolvidos são destinados ao tratamento da diálise e do transplante. Há algum tempo, em início de 2023, o Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Dr. José Moura Neto, em um pronunciamento na Câmara de Deputados, em Brasília, sugeriu que a diálise no Brasil estaria prestes a chegar um momento de uma crise humanitária. Ele justificava esse dizer com os números apresentados. Um grande número de novos pacientes em diálise aumentando, em torno de 10% ao ano, que já mostrei aos senhores; outros tantos pacientes sem diagnóstico ou com diagnóstico tardio. Agravando-se a isso, algumas clínicas por situações agravadas pelo Covid-19 fechando seu atendimento. Um número crescente, portanto, de demanda e a oferta de vagas cada vez menor. Aqui abro um parêntese, para agradecer esta Casa que, em dezembro de 22, atenta a essa situação, autorizou ou regulamentou, através da Lei Estadual n.º 21.292, o repasse de uma verba destinada às entidades filantrópicas e, também, às entidades privadas que atendessem mais do que 60% ao SUS, para que pudessem essas entidades repor parte das perdas que tiveram durante a pandemia. É importante dizer que, durante a pandemia do Covid-19, cada paciente grave que tinha a necessidade de ventilação mecânica, provavelmente, tinha também uma máquina de diálise ao seu lado. Isso impactou fortemente a realidade da diálise no nosso País e no nosso Estado. Os números, como falei para os senhores, não são tranquilizadores. Agora, recentemente, no Congresso Mundial de Nefrologia, um estudo foi apresentado, que é esse estudo que o nome por si só já diz tudo, que é

o “Impacto”. É um estudo feito em oito países, cujo Brasil é um deles, que faz uma projeção da doença renal para os próximos 10 anos. Começou esse estudo em 2022 e faz, portanto, uma projeção até 2032. Esse é o primeiro estudo multidimensional feito no mundo, mostrando a doença renal crônica não só como uma doença, mas como uma situação realmente de saúde pública, que traz grande impacto financeiro, social, econômico e até mesmo de ordem de meio ambiente. Estima-se através desse estudo que 16,5% da população, até 2032, sofrerá de doença renal crônica, ou seja, hoje, temos 10% da população brasileira, estima-se que isso chegue a 16,5% da população. Esses oito países somariam, portanto, 125 milhões de pessoas com doença renal grave. Estima-se, portanto, um gasto para tratamento dessas pessoas que pode atingir até US\$ 186 bilhões para tratar pacientes em diálise e transplante, e a necessidade de tratamento dialítico deve ter um aumento de até 75%. O que nos mostra um futuro nada alvissareiro, como falei, desde que não mudemos essa história. A gravidade da situação da doença renal vem sendo sentida já há algum tempo, mesmo antes da pandemia, foi agravada com a pandemia. Essa situação que foi como uma forma de alerta dada pela Sociedade Brasileira de Nefrologia, dizendo que isso poderia se tornar uma crise humanitária, tornou-se realidade em alguns Estados da União. Alguns Estados, mesmo entendendo que a terapia renal substitutiva é um tratamento de alta complexidade e, portanto, de responsabilidade do Ministério de Saúde, esses Estados aí nominados optaram por entregar recursos às clínicas de diálise como uma forma de suplementar, de complementar os valores do SUS. Para os senhores terem uma ideia, desde a última vez que estive aqui, tivemos no Estado uma clínica de diálise fechada e uma outra clínica de diálise que não renovou o seu contrato com o SUS. Nós tememos, obviamente, que no futuro tenhamos dificuldade da absorção da demanda de novos pacientes portadores de doença renal no Paraná. Eu encerro minha fala com essa reflexão: o objetivo da vida não é ser feliz, é ser útil, honrado, compassivo, fazendo com que a nossa vida bem vivida faça alguma diferença. Eu gostaria de dizer aos senhores que as clínicas de diálise no País estão agonizando, e estão agonizando para evitar que

os pacientes, portadores de doença renal crônica, agonizem. Obrigado pela atenção dos senhores e fico à disposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou suspender a **Sessão** por instantes, para que possamos fazer os registros fotográficos, ao tempo em que anuncio a visita de alunos do 1.º ano do ensino do Colégio Adventista Afonso Pena, de São José dos Pinhais, acompanhados pela professora Larissa Lourenço, pelo professor Jardel Gonçalves e pela guia de turismo Ingrid Oliveira. Sejam bem-vindos a nossa Casa aqui.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Está reaberta a **Sessão**. Primeira oradora inscrita, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente, Deputadas, Deputados e todos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Também vou falar sobre saúde, seguindo a temática, mas, infelizmente, falar de algo que há dois anos eu venho cobrando, reivindicando aqui nesta tribuna, também à Sesa diretamente, que é a reabertura do nosso Hospital Municipal de Ponta Grossa. Agora, em abril, fez dois anos que ele foi fechado. Fechado com a justificativa de que não era competência do município cuidar de um hospital e, sim, da Sesa, que a Sesa e o Governo do Estado é que tinham competência para isso. E aí há dois anos, o que já era ruim, a saúde de Ponta Grossa e dos Campos Gerais que já não estava bem, foi piorando gradativamente, porque com o fechamento desse hospital os outros hospitais da cidade ficaram superlotados desde então, os nossos pacientes têm que sair de Ponta Grossa para serem internados, por exemplo, em Campo Largo, ou até na própria região dos Campos Gerais, em municípios menores, como Castro, e a população vai sofrendo com toda essa questão. E aí eu venho, então, hoje, já que agora a competência é da Sesa, é do Governo Estadual, reivindicar mais uma vez, e de forma imediata, que o nosso hospital que hoje está lá com grande parte dele parado, precisando de reforma, de reforma urgente, que ele volte a atender, como foi prometido, que foi prometido um hospital dia, mas até agora isso não aconteceu. Está funcionando de um ladinho lá

um ambulatório administrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mas o hospital, que era a porta aberta para a população, infelizmente, hoje já não existe mais. Inclusive, temos recursos lá para fazer a reforma do telhado, que era o que precisava ser feito para que não chovesse dentro do hospital e ele continuasse atendendo a nossa população. Também há mais de dois anos foi fechado o nosso pronto atendimento infantil, lá no Humai, as nossas crianças que tinham portas abertas também para serem atendidas pelo hospitalzinho da criança, que hoje também não é mais do município, foi doado para o Estado, e a porta das nossas crianças foi fechada. E com isso o que acontece? As UPAs de Ponta Grossa estão superlotadas. Não bastasse termos passado pela Covid, não é, que piorou também a situação da saúde, fomos fechando portas importantes, mesmo tendo visto que lá na Covid precisávamos de leitos. Vimos inúmeras situações de pacientes que perderam suas vidas porque não receberam um atendimento, um leito tão necessário, mas lá em Ponta Grossa 60 leitos foram fechados pós-pandemia, e agora com a dengue inclusive, está pior, até tenda fora das UPAs tiveram que ser instaladas. Falando em dengue, não tem vacina em Ponta Grossa, não tem fumacê, a cidade está em estado de calamidade pública e, também, foi esquecida neste momento. E, agora, tenho visto uns burburinhos, uma falação de uns politiqueiros que fazem parte desse grupo e dessa gestão que arrebentou com a saúde de Ponta Grossa, mas que agora romperam, brigaram, falando, claro, nas portas das eleições, não é, lembraram do tema saúde, falando sobre o pronto-socorro e sobre o nosso atendimento das crianças, o PAI. Eu pergunto: onde que eles estavam nesse período, nesses dois anos que o pronto-socorro foi fechado, nesses dois anos e pouco que o PAI foi fechado das crianças? Onde que eles estavam? Estavam em silêncio, quietinhos, porque eles são os responsáveis por isso também, eles, porque inclusive a própria Secretária de Saúde do município era indicada deles. Então... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mabel, um minuto para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, passo para o horário da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Então, esses mesmos que agora ressurgem falando sobre o caos da saúde são os mesmos que se omitiram, que silenciaram quando tudo isso foi fechado. Aliás, um deles falou que a Prefeita, na época, estava sendo muito corajosa em fazer tudo isso. Coragem? Coragem de fechar um hospital? Coragem de fechar um pronto atendimento infantil? Agora, as nossas crianças lá em Ponta Grossa têm que ir a um Centro de Saúde da Criança que, aliás, não tem nem pediatra atendendo. Um Centro da Criança que não tem pediatra! Esses dias mesmo as nossas crianças estavam lá dormindo, à noite, na calçada, Deputado Tercilio, porque não tinha espaço nesse Centro de Atendimento à Criança. Passando horas e mais horas esperando por atendimento. E aí, entre esses casos, quando chegava no médico, ele dizia que era caso dali, que era mais grave e tinha que ir para uma UPA. Daí a mãe e o pai têm que pegar a criança e ainda levar na outra UPA, que também está lotada. Enfim, um descaso total. Agora, os “pinóquios de plantão”, aqueles mentirosos da política paranaense que conhecemos há muito tempo acordaram e estão dizendo que vão fazer isso, vão fazer aquilo e que foram contra. Não foram contra, ficaram em silêncio. Tão em silêncio ficaram que, inclusive, um deles foi convocado para uma CPI da Saúde na Câmara Municipal de Ponta Grossa para falar justamente sobre esse Hospital Municipal. E o que ele fez? Conseguiu um *habeas corpus* para não ir falar para os Vereadores! Medroso! Fujão! Mas, agora, parece que ele lembrou. Por quê? Porque infelizmente a saúde em Ponta Grossa é um caos.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Deputada Mabel, permite um aparte?

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Permito, Deputado Tercilio.

Deputado Tercilio Turini (PSD): Deputada Mabel, temos hoje que cerca de 75% da população depende do SUS. Temos aí talvez 25% ou menos das pessoas que têm plano complementar ou conseguem pagar o serviço de saúde. O serviço de saúde – acho que V.Ex.^a sabe disto –, no plano complementar, quem tem criança até adolescente, de 0 a 18 anos, paga-se pouquinho, R\$ 150,00, R\$ 100,00 ou R\$ 200,00 do plano; se a pessoa no plano tiver mais de 49 anos vai para R\$ 1 mil, R\$

1.500,00 ou R\$ 2 mil. E a mesma coisa no SUS, Deputada! No caso de crianças, V.Ex.^a estava falando isso, para atender crianças é barato, porque o que gasta muito dinheiro é a alta complexidade, é de média e alta complexidade, é o paciente que está na UTI, o politraumatizado, o paciente que tem doença crônica. A criança, para você ter um serviço ou mais serviços, geralmente são consultas; são poucas crianças que precisam de cirurgias, que precisam de internação prolongada! Elas precisam, sim, ser atendidas, ter consultas, ter um serviço que atenda. Um ou mais serviços! Então, parece-me que a questão não é dinheiro, é questão de gestão, porque para atender criança não é a parte mais pesada, mais cara dentro de qualquer sistema. Falei do plano para citar como um exemplo! O plano cobra baratinho para quem tem filho pequeno até 18 anos, mas um absurdo para aqueles que têm mais de 49 anos, de 50 anos para cima. Então, a mesma coisa no SUS! Criança precisa, sempre tem febre, tem infecção de garganta, de ouvido, diarreia, às vezes pneumonia, uma internação é pequena, poucos procedimentos de alta complexidade. Então, é o seguinte: é uma questão de gestão. Obrigado.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): De fato, Deputado Tercilio. Agradeço a sua intervenção, muito bem feita, porque de fato é falta de gestão, é falta de prioridade na gestão. E lá esse pessoal que está há 12 anos praticamente em Ponta Grossa fazendo a gestões não têm a saúde como prioridade. Tanto é que, por exemplo, o Marcelo Rangel, quando entrou na Prefeitura de Ponta Grossa, o antigo Prefeito, o Vosgrau, tinha conseguido uma segunda UPA, na época só tínhamos uma e ele tinha conseguido uma segunda UPA, que iria ficar no Jardim Carvalho. Ele entrou na Prefeitura e devolveu a UPA para o Ministério da Saúde, porque dizia que não comportava uma segunda UPA em Ponta Grossa. Vejam o absurdo! Agora, a Prefeita fecha hospital, fecha atendimento infantil das crianças. Agora, temos que pedir por favor na Central de Leitos, quando precisamos de uma vaga para criança, para entrar no nosso Hospital da Criança, que antes tinha as portas abertas. Então, hoje venho cobrar aqui a Sesa mais uma vez, porque agora o “pepino”, segundo esse grupo gestor lá de Ponta Grossa, é da Sesa. Então, se é da Sesa, vamos cobrar do Secretário Beto Preto a reabertura do Pronto-Socorro

Municipal, o Hospital Amadeu Puppi, como hospital dia, como foi prometido. Mas que isso não fique, por favor, na porta da eleição, o anúncio, como já vimos outras vezes acontecer, porque em 2020 foi a mesma coisa, prometeram esse hospital, em 2020, que iriam reabrir e não reabriram até agora. Dois anos fez agora, em abril. Então, quero pedir ao Secretário que imediatamente faça o que precisa fazer para reabrir o nosso Hospital Municipal em Ponta Grossa. Uma cidade do tamanho de Ponta Grossa, que praticamente recebe pacientes da região inteira – recebe do Estado, evidentemente, mas lota ali com o pessoal da região, que, aliás, foi afetado, o pessoal da região sofreu com o fechamento do Hospital Municipal de Ponta Grossa. Precisamos que ele seja reaberto, para que a população seja atendida lá, para que as UPAs se esvaziem um pouco e que lá nas Unidades de Saúde a gestão faça o que tem que fazer, que é ter médico atendendo, dando remédios, porque às vezes nem remédio, nem dipirona às vezes tem para dar para as crianças lá em Ponta Grossa. Então, fica aqui a minha cobrança: pronto-socorro, PAI do Hospitalzinho da Criança, precisamos com urgência. E chega dos mentirosos, dos “pinóquios de plantão” ficarem nesta falação sobre a saúde, porque nesse tempo em que estavam dentro do Governo se calaram, acovardaram-se para falar sobre saúde. Não venham agora mentir para o povo lá de Ponta Grossa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Cloara Pinheiro.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Boa tarde a todos e a todas. É com muita alegria que subo nesta tribuna para falar da minha ausência nas últimas Sessões aqui do Plenário. Na semana passada, fui convidada para estar em Brasília e o motivo foi muito importante na minha vida. Primeiro quero agradecer ao nosso Presidente, o Traiano, por ter, naquela época, quando cheguei, Traiano, pela minha história de serviço social e de 25 anos de TV, por ter me escolhido como Procuradora da Mulher, no dia 8 de fevereiro do ano passado. Fui convidada para falar sobre a atuação da nossa Procuradoria da Mulher na Câmara de Deputados, gente! Fui questionada e entrevistada pela *TV Câmara*: como conseguimos crescer tanto? Cento e cinquenta e três Procuradorias nós temos. E

foi motivo de: *Como que o Paraná é o Estado que tem mais Procuradorias?* Quando assumi tinha 113 e agora tem 153. Quero compartilhar este presente de Deus que ganhei. Quero agradecer a todos vocês e também falar o seguinte: o Paraná se destaca com Procuradoras. Aí me perguntaram lá na TV Câmara: *Por que vocês cresceram tanto?* Vai passar uma matéria sobre isso. Fui também seguir algumas agendas, fui na Procuradoria da Mulher do Senado, no gabinete da Senadora Zenaide Maia, que também é Procuradora da Mulher do Senado, ela marcou uma agenda às 8 horas da manhã e falou assim: *Explique-me o segredo, porque a Assembleia do Paraná é uma referência quando se fala em Procuradoria.* Fui também na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, com o Senador Cajuru, na Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados, com a Deputada Federal Benedita da Silva, estive com o Líder da Bancada do PSD na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Antônio Brito, que inclusive, Sr. Presidente, quer que eu leve junto com as nossas procuradoras o “*Cuidar de quem cuida*” para o Brasil inteiro. Ele pediu o Projeto “*Cuidar de quem cuida*”. Conheci pessoalmente a Amália Barros, a Deputada Federal que é monocular, que junto com a nossa querida Luísa Canziani, também Deputada Federal, conseguimos com que os monolares sejam hoje considerados deficientes físicos. No dia 25, agora, Sr. Presidente e todos que estão aqui são convidados, porque fazemos fazer mais um encontro de Procuradorias aqui na Assembleia. Já temos confirmadas mais de 60 procuradoras, 160 procuradoras e vereadoras de todo Estado. Quem vai dar a palestra vamos conversar com todas as procuradoras e dar voz e vez. Outra coisa: a nossa primeira-dama Luciana Saito Massa faz questão de abrir o evento. Quinta-feira passada eu estava em Barbosa Ferraz abrindo mais uma Procuradoria; sexta-feira em Nossa Senhora das Graças; mas quero falar para vocês e agradecer a todos os meus amigos, colegas Deputados e Deputadas. Sempre que eu chego peço licença ao município de todos vocês, agradeço o nome da Deputada ou do Deputado do município e falo: *Estou aqui como Procuradora da mulher.* Estou muito feliz em trazer esta notícia para vocês. Quando recebi o telefonema falei com o Curi: *Curi do céu!* O Alexandre Curi que é um super... Eu ia falar um baita, mas é um baita parceiro da Procuradoria. Ele

falou assim: *Cloara, eu não estou acreditando. Que maravilha!* É fruto do trabalho da Procuradoria que eu fui escolhida como a Procuradora da Mulher do Brasil. É graças a todos vocês, meus Deputados e minhas Deputadas, e podem ter certeza que a gratidão é enorme, e o mês que vem eu vou lá nos 15 anos da Procuradoria, e vai ter a minha fala gravada na *TV Câmara*. Então, estou aqui só para agradecer e agradecer muito vocês, porque a minha vida mudou totalmente depois que comecei a frequentar este Plenário, conhecer pessoas iluminadas iguais a vocês, e sempre falo que tenho uma missão. A minha missão é levar amor a todos esses espaços do Paraná todo. Para maio já temos mais 10 Procuradorias para instalar. Muito obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Deputado Presidente da Assembleia, Sr.^s Deputados e Deputadas, quero cumprimentá-los. E eu quero cumprimentar a todos e a todas que acompanham a Sessão a distância, e um cumprimento especial a quem nos honra com suas presenças aqui na Assembleia. Nós recebemos hoje, aqui, estudantes do ensino médio do Colégio Adventista. Sejam muito bem-vindos e bem-vindas aqui na Assembleia, junto com professores, com professoras, junto com o Cerimonial da Assembleia que acompanha os estudantes. Também recebemos aqui a professora Walkiria, Presidente da APP, sindicato de professores e funcionários de escolas do Paraná. Quero dizer que estamos recebendo aqui, hoje, lideranças de vários municípios, que estiveram conosco pela manhã, no Plenarinho, em audiência pública, onde debatemos os prejuízos e os perigos que a deriva de agrotóxicos tem levado ao nosso povo, em diferentes regiões do Estado, em diferentes municípios. E nós então tratamos de Projetos de Lei, que já estão tramitando aqui na Assembleia, que são importantes para que possamos evitar a contaminação por agrotóxicos de plantas sensíveis, que acabam morrendo, perecendo, e o prejuízo é muito grande. Vou citar como exemplo as parreiras, as uvas, mas temos também a laranja, o pessegueiro. Mas, também, as amoreiras, que são alimentos para o bicho-da-seda. Também os abacaxis, Deputada Luciana Rafagnin. Então,

recebemos aqui, junto com a Deputada Luciana Rafagnin, com o Deputado Goura, com o Deputado Romanelli, com o Deputado Anibelli Neto e o Deputado Evandro Araújo, que são os Deputados que integram a Frente Parlamentar da Agroecologia e da Economia Solidária, e que juntos convocamos a audiência pública, várias lideranças. E essas lideranças que aqui compareceram trouxeram vários problemas, mas também já apontaram na audiência pública quais são as saídas. E conosco estiveram lideranças de várias instituições que representam agricultores e agricultoras, mas também representantes do Estado Brasileiro, do Governo Federal estavam presentes no debate, e do Governo do Estado, do Poder Executivo, também representação importante. A Adapar conosco, a Sesa – Secretaria de Saúde, o IDR também presente, mas presente também o Ministério Público do Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o MDA, através da Leila. Estava também representado o Ministério da Saúde aqui no Estado do Paraná, o Superintendente também estava aqui conosco. Então, o debate foi intenso e formamos um grupo de trabalho para fazer com que as Leis que temos possam ser aplicadas e que possamos aprovar os projetos que tramitam nesta Casa, porque a deriva faz muito mal à saúde da nossa população. Contamina o ar, contamina o solo, contamina a água, faz um estrago muito grande aos produtos que são sensíveis a alguns agrotóxicos aplicados, mas dá um prejuízo econômico também. Foram inúmeros os casos ali apresentados de perder totalmente, por exemplo, a lavoura. Lá de Marilena, o agricultor reportou para nós que perdeu todo abacaxi há uns 20 dias, um prejuízo de mais de R\$ 40 mil. Tivemos na audiência, também, vários produtores que trabalham com a seda. Amora contaminada morte certa do bicho-da-seda, e o prejuízo é muito grande. Somado ali, em pouco tempo, mais de R\$ 1 milhão e 200 de prejuízo aos produtores de seda. Então, o prejuízo é muito grande e precisamos tomar providências. E aqui tem projetos na Assembleia tramitando. Por exemplo, o 823 da autoria do Professor Lemos que está aqui na tribuna e, também, do Deputado Hussein Bakri, esse trata da Política Estadual da Produção Orgânica e Agroecológica, que é um plano muito, muito importante. Temos o Plano Nacional, que é o Pnapo, e precisamos ter o Plano Estadual, que é o Peapo, para proteger a

produção orgânica e agroecológica. Temos aqui, também, o projeto n.º 2, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, do Deputado Goura e da nossa autoria, de 2018, que trata aqui de vedar a pulverização com aeronaves no Estado do Paraná, a exemplo do que já aconteceu no Estado do Ceará. Também temos o projeto da nossa autoria, juntamente com o Deputado Tadeu Veneri, com a Deputada Luciana Rafagnin, com o Deputado Arilson Chiorato, com a Mabel Canto, com o Deputado Romanelli, com o Rodrigo Estacho e com o Deputado Goura. Esse é o Projeto n.º 116/2021, que trata especificamente da deriva porque ela prejudica muito a produção aqui no Estado do Paraná, e mata muitas abelhas também. E por falar de matar abelhas, insetos, como abelhas que são polinizadoras, junto com o Deputado Goura e com o Deputado Arilson Chiorato, Deputada Luciana e o Deputado Tadeu, tem o Projeto de Lei n.º 288, aqui também protocolado, é de 2022. Este proíbe aplicar qualquer produto que tenha como princípio ativo o fipronil, que já é proibido em Santa Catarina, já é proibido em Minas Gerais, já é proibido em vários Estados do Brasil. Este é o que mais mata abelha, por exemplo, no mundo, e nós precisamos proibir. Esse Projeto está aqui, também, na Assembleia Legislativa. Também temos o Projeto 429/2022, de autoria dos Deputados Goura, Lemos, Arilson, Luciana, Tadeu e Requião Filho. Este é um Projeto também muito importante, que é o 429. Este Projeto protocolamos aqui em 2022. Então, tem projeto de 2017, de 2018, de 2021, de 2022, projetos que dizem respeito ao tema tratado hoje na audiência pública.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Cristina Silvestri, por gentileza.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Deputado, até gostaria de ter ido hoje na audiência, mas tive um compromisso bem no mesmo horário. Acho muito importante falarmos sobre isso e falo aqui como uma agricultora. E essa é uma preocupação de todos nós. Todo agricultor consciente sabe que temos que tomar medidas. O problema é que as leis existem, Deputado, e as leis são muito bem feitas. O que está faltando? Está faltando fiscalização, está faltando consciência das pessoas. Quando você fala da pulverização aérea, concordo até certo ponto,

mas existe todo um processo que tem que ser seguido. Existe, com certeza, alguém que não cumpra, mas se você cumprir as leis que regem a pulverização, você sabe que ela não vai ter... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, para concluir.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): ... essa deriva tão grande. E outra questão é que hoje está se implantando exatamente o drone que vai diminuir essa expansão do defensivo. Também a questão da fiscalização dos equipamentos de pulverização que não temos, e concordo com o senhor que tem que ter a conscientização. Isso é o principal! Porque fiscalização sabemos que não vai ter, não vamos ter tanta gente para fiscalizar, mas, sim, conscientizar os agricultores sobre essa questão de como fazer a pulverização correta, o mal que faz a deriva, que pode atingir produtos orgânicos. Essa a nossa dificuldade de ter produto orgânico. Então, acho que tem que ter mais diálogo, mais conversa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para concluir.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Estou à disposição para discutirmos mais sobre isso.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado. Deputado Presidente, um minutinho para que eu possa concluir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Agradecer o aparte da Deputada, que foi muito importante. Dizer que além da deriva tem a volatilidade. Hoje temos produtos que não tínhamos no passado, que não estão regulados e são voláteis, ou seja, não precisam do vento para se propagar e vão longe, e alguns produtos eles são muito danosos. E têm produtos que precisamos proibir, como disse aqui, o fipronil. Precisamos ainda de aprovar algumas leis e precisamos de ter, então, o grande projeto que é a Política Estadual da Produção Agroecológica, da produção orgânica, que já é lei aprovada e sendo implementada em outros Estados. E o

Paraná é o maior produtor de orgânicos do Brasil. Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso compromisso como Assembleia Legislativa de avançarmos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... de avançarmos produzindo leis importantes para proteger o interesse público, proteger a saúde, proteger a vida de todos os paranaenses.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, pelo PL, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. Vou falar sobre um Projeto de Lei que protocolei aqui, que já faço um pedido a esta Casa para que faça esse Projeto andar o mais rápido possível, porque isso interessa muito aos produtores de leite do Estado do Paraná. Todo mundo sabe que os produtores de leite no Brasil inteiro vêm sofrendo muito devido ao leite que está sendo importado da Argentina, do Uruguai, mas isso aí o Governo está tomando algumas medidas. O que foi pedido para mim, em reunião com os produtores, para que eu fizesse um Projeto de Lei a respeito dos alimentos análogos. É o alimento *fake*, que você vai ao mercado, você compra lá um queijo que você vê que é mais barato e no fim aquilo não é queijo, é feito com gordura vegetal. Da mesma forma o requeijão, o sorvete. Então, protocolei o Projeto n.º 222/2024, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do ramo alimentício informarem a substituição de queijo e/ou outros lácteos por produtos análogos. Temos aqui a justificativa, vou ler algumas aqui. O Projeto de Lei que obriga a especificar exatamente o que o consumidor está comprando é assim: O consumidor tem o direito de saber exatamente o que está consumindo, especialmente quando se trata de produtos que podem ter um impacto significativo em sua saúde. Informar claramente sobre a substituição permite que os consumidores tomem decisões informadas e conscientes sobre sua alimentação. Promover a saúde e o bem-estar animal também é uma

consideração importante, pois, com o crescente interesse pelo bem-estar animal e os impactos ambientais da indústria de laticínios, muitos consumidores optam por alternativas vegetais aos produtos lácteos. Informar sobre a substituição pode incentivar escolhas que promovam o bem-estar animal e a sustentabilidade. Para finalizar, vou encurtar aqui. Ao exigir a transparência na substituição de produtos lácteos por alternativas, a legislação pode incentivar a inovação e o desenvolvimento de produtos mais saudáveis e sustentáveis. Isso impulsionaria a indústria alimentícia em direção a opções mais conscientes e éticas, beneficiando tanto o consumidor quanto o meio ambiente. O que não pode é o que está acontecendo hoje em dia: a compra dos produtos lácteos está diminuindo porque estão fazendo produtos *fakes*, colocando aí gordura vegetal e outros ingredientes e a pessoa acha que está comprando um produto mais barato, porém não é um produto saudável, bem longe disso. Então vamos mostrar a realidade, cada um pode optar realmente o que quer comprar. Peço o apoio dos Deputados a esse Projeto de Lei que é importante demais para a cadeia produtora de leite do Estado do Paraná.

Deputado Reichembach (PSD): Deputado Arruda, um aparte.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Reichembach (PSD): Esse seu Projeto é importante e ajuda, também, a proteger a nossa cadeia produtiva do leite, além desses outros benefícios que podem ser alcançados. Esse é um debate que está muito presente nas regiões produtoras de leite aqui no Paraná, como a região Sudoeste, que teve mais uma vez um evento grande na semana passada, com o Secretário Norberto Ortigara e com várias entidades, onde foi apresentado ali um projeto do Governo do Estado, que V.Ex.^a também fez referência, que o Governo do Estado tem feito, tem tido uma iniciativa bem importante, até porque o Governo Federal não peitou essa questão da importação de leite em pó desenfreada, crescente e clandestina muitas vezes, que traz produtos com baixa qualidade, com qualidade questionável, como vimos ali na fronteira com a Argentina. Tomei conhecimento de importação de leite em pó em sacas, que se vende direto para indústrias, direto

para panificadoras. E que segurança temos com esses produtos? Então, é importante toda a iniciativa que possa trazer apoio à cadeia produtiva do leite e, também, a preocupação com a saúde da população. Obrigado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Deputado. Realmente, o Governo já de Goiânia e de Minas já tomaram providências também. É importante que normalizemos isso aqui, que garanta, porque a produção de leite do Brasil é a maior ou uma das maiores do mundo e que continue assim. Outro assunto que me preocupa é a questão de alguns membros de importantes Poderes, em nível estadual, em nível federal, estarem agindo com total imparcialidade, ou melhor, total parcialidade e tomando atitudes totalmente contra à Constituição Federal, contra as leis. Refiro-me aqui ao seguinte: vimos que o Presidente Bolsonaro vem sendo perseguido não é de hoje. Durante todo o mandato e fora do mandato é perseguido pelo Ministério Público Estadual de alguns estados, pelo Ministério Público Federal, pela Suprema Corte, pelo TJ, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Isso já está evidente, está muito claro. Na mesma esteira, todo Parlamentar de Direita que realmente tem posicionamento, que vem aqui na tribuna e expõe a verdade, não importa se está falando de um Ministro da Suprema Corte, de um Presidente do Senado, enfim, que não tem medo de falar, isso incomoda muita gente, e a perseguição vem e não é fraca, ela vem assim dia a dia. O mundo hoje está sabendo o que acontece aqui, graças a um empresário que é hoje americano, o Elon Musk, que veio aqui e hoje está escancarando para o mundo o que acontece realmente, principalmente o que sai da caneta do Ministro Alexandre de Moraes. Uma verdadeira vergonha, que não respeita o processo legal, que não respeita a Constituição Federal! Enfim, Bolsonaro foi perseguido, tentaram processá-lo por perturbação a baleia, chegou a esse nível. Teve busca e apreensão para procurar carteirinha de vacinação. Isso, gente, preocupa muito! O Paraná não fica para atrás nisso. Nem vou falar por mim aqui, mas pode ser que tenha outros Deputados que vêm sofrendo perseguição de algum tipo de Poder aqui no Estado do Paraná. O que acho que esta Casa, que nós Deputados temos que pensar em conjunto, porque se trata não de um, de todos, trata-se do Poder Legislativo, é o seguinte: devemos repensar as liberdades investigativas do

Ministério Público. Não digo isso visando cerceamento de atribuições, mas, sim, e como representante do povo, por preocupação com a lisura do serviço público, que exige responsabilidade com o dinheiro público. Não se pode instaurar investigação apenas para perseguir. Isso tem um custo alto. Um promotor tem salário alto, serventuários e toda a estrutura é muito cara. Por exemplo, na última vez em que fui chamado a depor ao Ministério Público, perguntaram-me sobre os meus gastos com cartão de crédito com *pet shop*, com revisão de carro dos meus filhos, valores assim realmente pequenos demais. Um representante do Ministério Público que instaura uma investigação dessa e gasta tempo e dinheiro do Estado com isso deve ser responsabilizado. Deve haver limites a esse poder indiscriminado e irresponsável. Parte daquela honrada instituição que é o Ministério Público está sendo usada por membros ideológicos para perseguir Parlamentares de Direita. Isso é inadmissível e configura improbidade administrativa. Por isso, deve haver limites. O fiscal da lei também deve ser fiscalizado, porque nós Deputados somos fiscalizados 24 horas por dia. Gente, não é possível que isso ocorra e continue ocorrendo. Sou investigado aqui há seis anos. Cada dia tem uma novidade, cada dia uma perseguição nova, escancarada a perseguição. E pior, Deputado Hussein, pior que o MP lhe investiga, põe em segredo de Justiça, você não tem acesso e ele divulga para a imprensa para tentar manchar o teu nome, como fizeram com o Bolsonaro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Como fizeram comigo, como fizeram com outros Parlamentares aqui, divulgam na imprensa. É uma total irresponsabilidade, é um crime o que fazem. Eles não param. Já fizeram busca e apreensão, além de quebra de sigilo telefônico, bancário, por anos, da minha vida inteira, dos meus funcionários, da minha família e nada acharam. Fizeram busca e apreensão e nada acharam, não acharam mala de dinheiro, não acharam caixa de sapato com dólar. Nada! Não acharam droga, nada irregular, mas eles não param. Eles pegam um fiozinho e jogam na imprensa para fazer o maior barulho. É uma vergonha o que acontece, gente. Não falo por mim, não. Qualquer Parlamentar está sujeito a

esse tipo de ação irresponsável por parte do honroso Ministério Público. Isso não pode acontecer. Então, esta Casa também tem que se manifestar. Já, já vem mais perseguição, mais mentiras infundadas e eles disparam na mídia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Nada é comprovado, mas eles, na hora em que se mostra que nada daquilo era verdade, na hora em que mostra que você é uma pessoa honesta, a imprensa não vai divulgar da mesma maneira que divulga quando quer lhe culpar. Então, peço a atenção de todos os Deputados, porque isso aqui está se tornando cada dia pior, principalmente para quem defende os valores conservadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Hussein Bakri, pela Liderança. Antes da fala do Deputado Hussein, vou fazer a leitura aqui de dois Projetos que o Governo encaminhou à Casa: **Mensagem n.º 27/2024** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 250/2024)** que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado. E um Projeto de Lei também que abre, aprova crédito especial, adicional, alterando vigente orçamento, de R\$ 212 mil, para a Secretaria de Segurança Pública, **Mensagem n.º 28/2024**, do Governador do Estado, Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 251/2024)** que aprova crédito adicional especial, alterando o vigente Orçamento Fiscal do Estado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, componentes da mesa, colegas Deputados e Deputadas, estou de volta. Quase vi Jesus na semana passada, mas estou bem, firme e forte. Eu parecia um zumbi andando pelas ruas, em função de alguns problemas de saúde que tive, mas jamais deixei de acreditar no nosso Ser Superior, em Deus. Estou me sentindo muito melhor hoje e agradeço aos colegas que mandaram força. Quero saudar o Cabo Carlos, que está aí, e em nome dele todos os componentes do Grupo Praças Unidos. Tivemos hoje uma belíssima reunião, uma conversa muito importante. Parabeniza-lo porque assim que funciona mesmo, o diálogo faz parte de tudo. Fui Prefeito de União da Vitória

e aprendei uma coisa: quem conversa nunca perde, sempre avança, Deputado Tito. Quero saudar aqui a nossa Defensoria Pública, em nome do novo Defensor Público Geral do Paraná eleito, Dr. Matheus Munhoz, que vai comandar essa entidade tão importante no biênio de 2024/2026, que, inclusive, se encontra entre nós. Quero dizer que a Defensoria tem um papel fundamental na defesa dos direitos dos cidadãos e das cidadãs do Paraná. Tenho muito carinho e muito respeito, e todas as matérias que aqui chegam têm por parte desta Casa um olhar voltado rapidez, efetividade. Então, pode continuar contando conosco. Está bem? Senhor Presidente e colegas, hoje, o Governo Ratinho Júnior, na volta do Governador, ele promoveu a entrega de 1.400 coletes balísticos e 225 novas viaturas para o Depen. Nós aqui, os Deputados e Deputadas que fazem parte desta Casa, sabemos da importância dos avanços que aqui tivemos, a transformação do Depen em Polícia Penal, o pagamento de vale-alimentação, a criação do Conselho da Polícia Penal com poder deliberativo e reajuste do valor de indenização, que está sendo votado aqui, está em tramitação, por morte e invalidez. Deputada Mabel, tenho um carinho enorme por V.Ex.^a, admiro a luta que V.Ex.^a coloca nas suas causas, e quero dar uma resposta a V.Ex.^a, que chegou agora da Secretaria de Saúde, onde a senhora fez referências ao Hospital Amadeu Puppi. Segue aqui a resposta. *“Há dois anos a Prefeitura decidiu fechar o Hospital Municipal Amadeu Puppi por problemas graves junto à vigilância sanitária quanto à internação dos pacientes. Como forma de ampliar O atendimento hospitalar nos Campos Gerais, a Sesa, por meio do HU-UEPG, fez um convênio com o município, passando a utilizar parte da estrutura física do hospital para ampliar o seu serviço ambulatorial e de leitos, inclusive com serviço de pronto-socorro e pronto atendimento”*. Aqui vale ressaltar, Deputada, a gestão e a reforma do hospital que V.Ex.^a abordou, em si continuam a cargo da Prefeitura. Não sei se a senhora se sentiu satisfeita com a resposta, senão V.Ex.^a faz outra. Eu me coloco à disposição, Deputada.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Deputado, agradeço prontamente a resposta da Sesa, mas vou fazer um pedido de informações, porque as notícias são outras. Muito obrigada, de qualquer forma.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pode contar comigo. Eu sou o maior interessado, que se realmente tiver qualquer coisa a Casa merece o respeito nas respostas e V.Ex.^a terá de mim a mesma luta que V.Ex.^a vai fazer. Está bem? Pode contar publicamente comigo.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Obrigada.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): *O Ganhando o Mundo*, duvido que tenha alguém aqui que não se apaixonou por esse projeto. Aí vai de Situação, Oposição, tenho certeza. Nesta semana, terminam as inscrições para a edição 2025, 1.200 alunos da primeira série do ensino médio terão a oportunidade de participar do intercâmbio em cinco países – Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia e Reino Unido –, durante seis meses, com todas as despesas pagas. Oito mil alunos, de 392 municípios, já se inscreveram. É bom que se ressalte isso. Senhor Presidente, demais colegas, quero dizer que na minha cidade de União da Vitória tivemos um problema muito sério nas enchentes, muito sério, muito grave nas enchentes, que foi a queda de barreiras e de um morro, que é chamado Morro da Dona Mercedes. Para felicidade minha e de toda a população, do lado da Ponte do Arco, a ponte mais antiga de União da Vitória, estávamos com os dois lados fechados, o acesso ao interior, às cidades para o Interior, estava prejudicado. E emergencialmente o Governo do Estado aportou recursos da ordem de R\$ 31 milhões para que fossem feitos, para se iniciar essas obras. As obras estão correndo com muita rapidez, muita agilidade. Então, quero neste momento agradecer ao nosso Governador por essa obra. De mais a mais, eu quero desejar uma ótima semana a todos, abençoada. E aqueles que precisarem, a Liderança do Governo estará sempre à disposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Com a palavra o Deputado Requião. Registro a presença na Casa da Diretora-Geral do Instituto Federal do Paraná, Campus de Palmas, Sr.^a Graciela Cabreira Gehlen, por solicitação da Deputada Ana Júlia. Seja bem-vinda.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Senhor Presidente, 1.º Secretário Alexandre Curi, meus colegas da Casa. Tem um livro que não é muito dos livros que eu

estudo e que eu gosto de ler, mas o nome desse livro cabe para o discurso de hoje: *“Pai rico, filho nobre e neto pobre”*. Mas o que o Requião está falando? Eu estou falando dos acionistas das empresas privatizadas no Paraná e dos acionistas da nossa Petrobras. A Copel foi privatizada após ter sido erguida e construída com o suor e o trabalho de milhares e milhares de paranaenses, e hoje ela é sangrada mensalmente pelos seus acionistas, que retiram cada vez um lucro maior e investem menos no Estado do Paraná. O futuro da Copel será um atendimento péssimo, um serviço de péssima qualidade, e só não vai falir porque ela tem o monopólio. Em breve, estaremos no Paraná discutindo a retomada da Copel como empresa pública, após ela ter sido vilipendiada pelos seus acionistas. O mesmo cabe, por exemplo, ao petróleo, a Petrobras. Comemoramos, e com razão, a reabertura da Fafen, e pegamos um bem finito do nosso subsolo e privatizamos poços de petróleo como se não houvesse amanhã. O mundo entra em guerra por causa do petróleo, a Petrobras paga dividendos incríveis para acionistas, e nós sugamos da terra o futuro econômico e a competitividade do nosso País privatizando e vendendo petróleo para fora do País, para estrangeiros, que estão acumulando, guardando e explorando esse bem que tem fim. Em breve, a Petrobras, essa potência, deixará de ter relevância econômica, e nós seremos apenas mais um País sem petróleo e sem poder e sem voz no palco geopolítico internacional. Copel caminha para o mesmo caminho, a Compagas também, e nós vamos pegando aquilo que quem veio antes de nós deu o sangue para construir, e estamos queimando, estamos rasgando. Nós deveríamos pegar esses bens, essas empresas e valorizar, investir, em torná-las mais competitivas, em tornar o Paraná e o Brasil, com empresas estratégicas, o melhor lugar para se crescer e para investir. Mas não, em nome do imediatismo que toma conta de toda uma sociedade e não só da política, nós queimamos o patrimônio, invés de fazer o nosso patrimônio gerar mais dividendos e mais riquezas para o nosso Estado e o nosso País. Pai rico, são aqueles que vieram antes de nós no Paraná e ergueram este Estado e as suas companhias. Filho nobre, são aqueles que viajam mundo afora, de primeira classe, em comitivas enormes, vendendo as nossas empresas, não buscando novos negócios, o que seria muito bom. Troca de intenção, troca de

tecnologia, de conhecimento, atração de indústrias e de empregos é necessário, mas não, os nossos representantes vão para fora vender aquilo que os seus antecessores criaram. Neto pobre, o futuro do Paraná e do Brasil fica em dúvida, pois não teremos mais empresas estratégicas para gerar aquilo que atrai, aquilo que gera riqueza, que é, além do agro, a indústria. Sem combustível, sem energia, sem água, sem empresas estratégicas, o Brasil e o Paraná, agora, rasgam dinheiro, e amanhã quem irá chorar e passar por dificuldades serão os meus filhos, os filhos e os netos dos senhores. Pai rico, filho nobre, neto pobre. Pensem nisso e acompanhem o que acontece no Paraná e no Brasil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Tiago Amaral (PSD) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com*

justificativa: Gilberto Ribeiro (PL), conforme art. 104 inc. I do regimento Interno; Thiago Buhner (UNIÃO), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; e Adão Litro (PSD), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(3 Parlamentares)**; **Deputados ausentes sem justificativa:** Cobra Repórter (PSD), Evandro Araújo (PSD), Gilson de Souza (PL) e Delegado Jacovós (PL) **(4 Parlamentares).**]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 233/2024**, do Deputado Ney Leprevost, que institui a Semana Cultural Aviva Litoral no litoral paranaense e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 234/2024**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública à Associação de Handebol de Mariluz – AHM, com sede no município de Mariluz; **Autuado sob o n.º 235/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre sanções administrativas e restrições aplicadas aos ocupantes e invasores de propriedades rurais e urbanas no Estado do Paraná, conforme especifica; **Autuado sob o n.º 236/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, que institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Apert; **Autuado sob o n.º 237/2024**, do Deputado Paulo Gomes, que denomina Prefeito Nelson Rodrigues Barbosa o trecho da PR-681 que liga a sede do município de Alto Piquiri com o trevo de Alto Piquiri na PR-486; **Autuado sob o n.º 238/2024**, do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Instituição de Longa Permanência para Idosos – Lar São Lourenço, com sede no município de São João do Ivaí; **Autuado sob o n.º 239/2024**, do Deputado Hussein Bakri, que concede o título de utilidade pública à ONG Vougan (Pequeno Guerreiro), com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 240/2024**, dos Deputados Matheus Vermelho e Requião Filho, que dispõe sobre a utilização de placas informativas e indicativas trilingue em pontos turísticos, culturais e históricos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 241/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais para profissionais que atuam no trabalho e acompanhamento de pessoas idosas no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 242/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que

cria o Cadastro Estadual de Condenados por Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 243/2024**, da Deputada Marli Paulino, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná a Expocamp; **Autuado sob o n.º 244/2024**, do Deputado Requião Filho, que dispõe sobre a publicidade institucional da administração direta ou indireta; **Autuado sob o n.º 245/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que cria o Cadastro Estadual de Condenados pelo Acometimento de Crimes de Homicídio e Crimes Hediondos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 246/2024**, do Deputado Cobra Repórter, que confere ao município de Carlópolis o título de Capital Estadual da Lichia no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 247/2024**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto Sonho Meu, com sede no município de Loanda; **Autuado sob o n.º 248/2024**, da Deputada Mabel Canto, que altera a Lei Estadual n.º 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos direitos da mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense, dispõe sobre a disponibilização na internet da lista de pessoas condenadas por crime de violência contra a mulher, para instituir o banco de dados com registro de pessoas condenadas por violência contra a mulher; **Autuado sob o n.º 249/2024**, dos Deputados Arilson Chiorato e Luciana Rafagnin, que revoga a Lei n.º 20.028, de 29 de novembro de 2019, que concedeu o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Eduardo Thompson Flores Lens.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco da Redação Final.)

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 651/2023, de autoria do Deputado Dr. Antenor, que institui o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção do Infarto do Miocárdio, a ser realizado em 29 de setembro. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 13/2023, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.º 1331/2023, que altera e acrescenta, na forma que especifica, dispositivos à Lei Complementar n.º 85, de 27 de dezembro de 1999 - Lei Orgânica e estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral aprovado em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*não*”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço a atenção de todos os colegas da base para que possamos aprovar este Projeto tão importante para o desenvolvimento do trabalho do MP. Eu mesmo tenho diferenças, mas acho o Projeto importante e peço o voto “*sim*”.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para encaminhar também, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Vou votar contra este Projeto e gostaria aqui de sublinhar o fato de que na Lei Orgânica do próprio Ministério Público consta que um ato passível de advertência reservadamente por escrito, que são os casos nos quais esta alteração legal atingirá, está lá na alínea 5 “C”, prática de ato reprovável. Ou seja, o que é um ato reprovável? Pode ser um ato insignificante de fato, mas pode ser um ato que esteja revestido de uma importância jurídica ou lesionando bens públicos e sendo abarcado por este guarda-chuva, por esta norma genérica que seria a prática de ato reprovável. Na prática haverá termo de ajustamento de conduta quando qualquer infração cometida pelo Promotor for concluída como prática de ato reprovável, o que pode ser tudo ou não pode ser nada. Por isso, sou contrário a este Projeto. Muito obrigado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só quero lembrar aos Deputados e Deputadas que é necessário maioria absoluta.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vinte e oito votos. Ainda pendentes os votos da Deputada Cristina, Luís Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victoria, Moacyr Fadel, Paulo Gomes e Ricardo Arruda. Moacyr Fadel, Deputado Guerra, Mabel Canto, Ney Leprevost. Deputado Artagão, seu voto, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas e Tercílio Turini (31 Deputados);* **Votaram Não:** *Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos, Renato Freitas e Requião Filho (7 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Thiago Buhner e Tiago Amaral (16 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis e 7 votos contrários, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 867/2023, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 18.807, de 16 de junho de 2016, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Apoio aos Portadores da Doença de Alzheimer, compreendida na semana que contenha o dia 21 de setembro de cada ano. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” a este importantíssimo Projeto de autoria da Deputada Luciana Rafagnin em coautoria com o Líder do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Denian, Luís Corti, Paulo Gomes, os votos, por favor. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Thiago Buhner (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto.**

ITEM 4 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2024, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.º 18/24, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 136/2011, a Lei Estadual n.º 19.983/2019 e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Emenda da Defensoria Pública. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Para encaminhar também, Sr. Presidente. Antes que inicie o processo de votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Renato.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só uma questão de organização. O Deputado vai falar e acho que é importante, só que temos que atentar para o seguinte detalhe, o pedido de encaminhamento é anterior ao

momento em que V.Ex.^a vai pedir o voto. Só isso. Para deixar registrado. Não quero criar nenhuma celeuma.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Falei concomitantemente, haja vista a celeridade com que o processo foi tido.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Tranquilo! Da nossa parte, 100%.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Perfeito.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Estou falando para nós, regra. Está bom?

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Claro. Com certeza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na verdade, não vamos polemizar, mas neste primeiro momento a discussão é na questão da constitucionalidade, na sequência entra no mérito. Então, se a defesa for nessa linha, V.Ex.^a pode usar.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Posso deixar para o próximo momento, então. Quando adentrar o mérito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Então, vamos à votação. Votando...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado, desculpe, mas de minha parte não quero ser o chato!

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Sem problemas.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O senhor já foi o chato, não é!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já fui e não sou mais. É isso? Vamos votar, então. Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, para conhecimento de todos, teremos sessões esta semana na quarta-feira pela manhã. E na semana que vem, em função do feriado do dia 1.º, vamos antecipar a sessão para terça de manhã, para que todos possam se organizar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, esta semana segunda, terça e quarta...

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Presidente, o senhor pode repetir?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Nesta semana teremos amanhã e quarta pela manhã. E na semana que vem, em função do feriado da quarta-feira, dia 1.º de maio, vamos antecipar a Sessão para terça pela manhã. Deputado Alexandre, seu voto. Deputada Ana Júlia, Professor Lemos, é da Defensoria Pública. Está votando, Alexandre? Alexandre, o seu voto ainda não registrou. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados);* **Votaram Não:** *Fabio Oliveira e Renato Freitas (2 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Professor Lemos, Ricardo Arruda e Thiago Buhner (14 Deputados).* Com 38 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovado o Projeto.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 217/2023., que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de setembro de 1985, a Lei n.º 14.234, de 26 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Substitutivo geral do Poder Executivo. Subemenda da CCJ. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”. Senhor Presidente, pela ordem. Enquanto os Deputados estão votando, quero registrar a presença do

Prefeito Ari, do município de Entre Rios do Oeste, e toda sua equipe. Sejam bem-vindos a esta Casa. E o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alisson, por favor, seu voto. Deputada Cristina, Ana Júlia, Ney Leprevost, Deputado Tiago Buhner. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Votaram Não:** Fabio Oliveira e Renato Freitas (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Ana Julia, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda e Thiago Buhner (13 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovado o Projeto.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 369/2019, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que dispõe sobre o dever de informar de forma adequada os produtos alimentícios expostos ao consumidor em gôndolas de supermercados e/ou outros estabelecimentos congêneres com prazo de validade inferior a 5 dias. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Fabio

*Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Ricardo Arruda, Thiago Buhner e Tiago Amaral (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Evandro Araújo.)**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 630/2023, de autoria do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre o Programa Estadual de Incentivo à Realização do Exame Cariótipo em Recém-Nascidos com Síndrome de Down (T-21). Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “*sim*”.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, enquanto votam, só para constar em Ata o meu voto favorável no Item anterior, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão

Litro, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Paulo Gomes, Renato Freitas, Ricardo Arruda e Thiago Buhrer (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata os votos favoráveis dos Deputados Ana Júlia, Arilson Chiorato, Cantora Mara Lima, Paulo Gomes.)**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Faço o registro do voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não. Devidamente registrado, Deputado.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Presidente, registre o meu voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado. Trinta e seis votos.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Paulo Gomes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Trinta e sete votos.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Quem mais?

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Deputada Mara. “*Sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputada Mara. Trinta e oito votos então, com os Deputados que acabaram de registrar voto.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 676/2023, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que reconhece como patrimônio artístico do Paraná a letra e a música nas Asas Da Juriti, do grupo Musical Gralha Azul. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Deputado Soldado Adriano, para defender o Projeto?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “*Nas asas da Juriti*”, o senhor vai defender?

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Não, vamos votar já.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vou deixar para encaminhar outro dia. O voto é “sim”.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Deputado Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado Tercilio.

DEPUTADO TERCILIO TURINI (PSD): Só para dar um lembrete para os membros da Comissão de Saúde, que faremos uma reunião logo após o encerramento desta Sessão, daqui a pouco, e vamos deliberar sobre alguns Projetos que estão na pauta. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado. Mais algum Deputado pretende votar? Senão vou encerrar a votação.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Presidente, o Deputado Adriano quer cantar “Nas asas da Juriti”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Deputado Adriano esperamos que faça uma saudação na língua indiana. Ele esteve lá recentemente. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Curi, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Marcel

Micheletto, Marcio Pacheco, Requião Filho e Thiago Buhner (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto.**

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, faço o registro do voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Devidamente registrado.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 785/2023, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui a Semana Estadual de Conscientização contra a Psicofobia em setembro e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada:

[Votaram Sim: *Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (36 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Reichembach, Requião Filho e Thiago Buhner (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1012/2024, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo informações sobre a denominada “Patrulha Industrial” da Polícia Militar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Envio de expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 954/2024, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de menção honrosa pelas comemorações aos 77 anos da APP-Sindicato; **Requerimento n.º 955/2024**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a impressão e encadernação de exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente; **Requerimento n.º 956/2024**, do Deputado Matheus Vermelho, solicitando o envio de expediente ao Secretario de Infraestrutura e Logística, requerendo informações em relação ao andamento das obras de duplicação da BR-469 (Rodovia das Cataratas), em Foz do Iguaçu; **Requerimento n.º 957/2024**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Ex.^{mo} Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Câmara dos Deputados, na pessoa de seu Presidente, Deputado Federal Lucas Redecker, ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, Sr. Norberto Anacleto Ortigara, e ao Secretário da Indústria, Comércio e Serviços - SEIC, requerendo informações sobre a situação internacional, nacional e estadual da pecuária leiteira; **Requerimento n.º 958/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba, requerendo providências para a instalação de um

semáforo para pedestres no cruzamento da Rua Wilson Dacheux Pereira com a Rua Pastor Antônio Polito, no bairro Boqueirão; **Requerimentos n.ºs 959, 960, 962, 963 e 965 a 969/2024**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro de menção honrosa para: Sr.^a Eduarda Schutz Maziero; Luiz Fernando Ribeiro; Matheus Magalhães de Oliveira; Michel Bezerra Henriques Rosa; Rafael Santos da Cruz; Vandira Rejane Eugênio de Barros; Márcio de Lima Bobrowc; Alexsandro França de Godoy; e ABSA - Associação Brasileira da Síndrome de Apert; **Requerimentos n.ºs 961, 1005, 1008 a 1011 e 1013/2024**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de menção honrosa: à Cooperativa Witmarsum, na pessoa de seu Presidente, Artur Savatsky, pelos prêmios conquistados no Mundial do Queijo do Brasil; aos familiares do Sr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira (in memorian), pelos serviços prestados em prol da comunidade Pato Branquense como Governador no ano Rotário 1984/1985, com o Lema “Descubra um novo mundo de serviço”; aos familiares do Sr. Orlando Sérgio Hecke (in memorian) pelos serviços prestados em prol da comunidade Pato Branquense como Governador no ano Rotário 1992/1993, com o Lema “A verdadeira felicidade está em ajudar o próximo”; Orlando Cláudio Hecke, pelos serviços prestados em prol da comunidade como Governador no ano Rotário 1999/2000, com o Lema “Aja com coerência, confiança e continuidade”; Werner Ildon Gerhardt pelos serviços prestados em prol da comunidade como Governador no ano Rotário 2015/2016 com o Lema “Seja um presente para o mundo”; Sr.^a Anne Cristine Gomes da Silva Cavali, pelos serviços prestados em prol da comunidade como Governadora no ano Rotário 2015/2016 com o Lema “Seja um presente para o mundo”; e Adair Casagrande, pelos serviços prestados em prol da comunidade como Governador no ano Rotário 2010/2011, com o Lema “Fortalecer comunidades unir continentes”; **Requerimento n.º 970/2024**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do matemático e filósofo Newton Carneiro Affonso da Costa; **Requerimento n.º 971/2024**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o envio de menção honrosa à Distribuidora Vale das Acácias, pela homenagem e reconhecimento pelos 13 anos de atuação em prol da comunidade paranaense;

Requerimentos n.ºs 972, 980, 983 e 985/2024, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.ºs: Guerino Guandalini, e José Rosi, ocorridos no dia 17 de abril; do engenheiro José Edmir Miro Gaspar Falkemback, falecido em Maringá, no dia 16 de abril; da Sr.ª Roseane Vaz Guimarães Feres, falecida em Maringá, no dia 17 de abril;

Requerimentos n.º 973, 979, 987, 988, 990, 997 e 1007/2024, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa aos Sr.ºs: Rasca Rodrigues e Fernando Vidal Pereira de Oliveira, pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense; Ademar Batista de Mello - Governador do Distrito 4630 no Ato Rotário 1991 - 92 e associado ao Rotary Club Campo Mourão, pelo transcurso do Rotariano Paranaense; ao jornalista Ivo Faria, pelo transcurso do aniversário de 19 anos de fundação do Jornal Expresso, do município de Rio Branco do Sul; Anne Cristine Gomes da Silva Cavali, pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense; Rubens Costa Monteiro, pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense; Rafael Greca de Macedo, pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense; Névio Urió, pelo transcurso do Dia do Rotariano Paranaense;

Requerimentos n.ºs 974 a 977/2024, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa: para a Comunidade Terapêutica São José - Nova Jornada, pelos 10 anos de atividades desenvolvendo um trabalho de excelência no tratamento voluntário de pessoas em vulnerabilidade social pelo uso e abuso de substâncias psicoativas; às Sr.ªs: Eliane de Oliveira e Eliz Sadelli, pelos brilhantes serviços prestados na divulgação e engrandecimento do motociclismo feminino no Paraná; aos Sr.ºs: Carlos Cardozo e Aládio Camargo Alves, pelos brilhantes serviços prestados na divulgação da palavra de Deus e na área da comunicação com público evangélico do Paraná; e aos valorosos policiais relacionados, pelo serviço no combate ao crime organizado;

Requerimento n.º 989/2024, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao 11.º Batalhão da Polícia Militar, pelos 47 anos de sua implantação para o desenvolvimento do trabalho em prol de Campo Mourão e região;

Requerimento n.º 991/2024, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de

votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Abilio Antunes Literoni, ocorrido no dia 7 de abril, no município de Campo Mourão; **Requerimento n.º 994/2024**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr.ºs Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, requerendo providências urgentes para a realização de operação objetivando a reintegração ao Brasil dos londrinenses e demais brasileiros em Israel, diante das instabilidades geopolíticas em decorrência da guerra; **Requerimentos n.ºs 995, 996, 998, 1000, 1002 e 1003/2024**, do Deputado Delegado Tito Barichello, solicitando o envio de votos de congratulações aos municípios de: Boa Esperança do Iguaçu, 31 anos; Cruzeiro do Iguaçu, 34 anos; Altamira do Paraná, 42 anos; Capitão Leônidas Marques, 60 anos; Jardim Alegre; e Rio Bom, 60 anos; **Requerimento n.º 999/2024**, do Deputado Alisson Wandscheer, solicitando o envio de votos de louvor e aplausos à Equipe do 23.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, pelo ato de salvarem a vida de um jovem na tentativa de um suicídio; **Requerimento n.º 1001/2024**, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Leirton Marques da Silva, em reconhecimento aos serviços prestados ao Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1004/2024**, da Deputada Cristina Silvestri, solicitando o registro de menção honrosa para a Queijaria Bella Luz, do município de Guarapuava, com um sabor único e de produção familiar; **Requerimento n.º 1006/2024**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações à União dos Escoteiros do Brasil, pelos notáveis serviços prestados aos brasileiros no Campo do Escotismo; **Requerimento n.º 1014/2024**, dos Deputados Professor Lemos, Ana Júlia, Luiz Cláudio Romanelli, Dr. Antenor, Arilson Chiorato, Hussein Bakri, Alexandre Curi, Goura, Luciana Rafagnin e Ademar Traiano, requerendo o envio de menção honrosa para a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, em comemoração aos 50 anos; **Requerimento n.º 1016/2024**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Devonete Rodrigues de Araújo, ocorrido no dia 19 de abril de 2024, em Londrina; **Requerimento n.º 1017/2024**, dos Deputados Tercílio Turini, Tiago Amaral, Luiz Cláudio Romanelli, Cobra Repórter e Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de

congratulações com menção honrosa em comemoração ao aniversário de 70 anos do Moinho Globo, em 30 de abril de 2024.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 964/2024, dos Deputados Alexandre Curi e Tiago Amaral, requerendo a inclusão do Deputado Tiago Amaral como coautor do Projeto de Lei n.º 7/2024; **Requerimento n.º 984/2024**, dos Deputados Delegado Jacovós, Delegado Tito Barichello e Alexandre Curi, requerendo a inclusão de coautoria do Projeto de Lei n.º 2/2024, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Delegado Tito Barichello; **Requerimento n.º 986/2024**, do Deputado Bazana, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 148/2023.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 978/2024**, do Deputado Hussein Bakri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 981/2024**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2024; **Requerimento n.º 993/2024**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 16 e 17 de abril de 2024.

Deferido conforme o inciso I do art. 104 do Regimento Interno (em razão do tratamento de saúde): **Requerimento n.º 982/2024**, do Deputado Gilberto Ribeiro, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias no período de 20 de abril a 4 de maio de 2024.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 992/2024** do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência nas

Sessões Plenárias do dia 16 de abril de 2024; e **Requerimento n.º 1015/2024** do Deputado Thiago Bühner, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de abril de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para terça-feira, dia 23 de abril de 2024, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 2/2024 e 3/2024 e dos Projetos de Lei n.ºs 369/2019, 122/2023, 548/2023, 630/2023, 676/2023 e 785/2023; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 954/2023, 1.042/2023, 140/2024, 182/2024, 201/2024, 202/2024 e 223/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h22, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)